ALIENAÇÃO PARENTAL COMO UMA FORMA DE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA E SUA RELEVÂNCIA NO DIREITO DE FAMÍLIA BRASILEIRO

Karla de Paula Pereira¹

Mateus Vieira da Costa²

Pedro Arruda Júnior³

Graduanda do 10º período de Direito na Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves (UNIPTAN). Endereço eletrônico: karlapereirasvm@gmail.com

Graduando do 10º período de Direito na Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves (UNIPTAN). Endereço eletrônico: matteusvieiradacosta@gmail.com

Doutor em Direito Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves (UNIPTAN). Endereço eletrônico: pedro.arruda@uniptan.edu.br

RESUMO

Este estudo analisa a alienação parental como uma forma de violência psicológica, destacando sua importância no contexto do Direito de Família brasileiro. A alienação parental é um fenômeno psicológico que ocorre quando um dos pais manipula a criança para que ela rejeite ou tenha aversão ao outro genitor, geralmente em contextos de separação ou divórcio. Essa prática não apenas afeta a saúde mental da criança, mas também prejudica a relação dela com o pai ou a mãe alienado, configurando-se como uma forma de violência psicológica. Por meio de uma revisão da literatura, evidenciou-se que compreender os aspectos psicológicos é fundamental para abordar essa questão de maneira eficaz. O papel do genitor alienante, frequentemente movido por sentimentos negativos, impacta profundamente o desenvolvimento emocional da criança, comprometendo suas relações familiares e seu bem-estar. Além disso, a influência do ambiente familiar é significativa. Climas de conflito e tensão entre os pais criam cenários propícios para a alienação, levando a criança a se alinhar com o genitor alienante como um instinto de autopreservação. Assim, é essencial considerar esses fatores ao lidar com casos de alienação parental, buscando promover um ambiente mais saudável para o desenvolvimento emocional e psicológico das crianças afetadas.

Palavras-chave: Alienação Parental. Violência Psicológica. Direito de Família.

INTRODUÇÃO

A alienação parental é um fenômeno psicológico que ocorre quando um dos pais manipula a criança para que ela rejeite ou tenha aversão ao outro genitor, geralmente em contextos de separação ou divórcio. Essa prática não apenas afeta a saúde mental da criança, mas também prejudica a relação dela com o pai ou a mãe alienado, configurando-se como uma forma de violência psicológica. No Brasil, a alienação parental foi reconhecida legalmente pela

Lei nº 12.318/2010, que visa proteger os direitos da criança e garantir a convivência familiar saudável, enfatizando a importância da presença ativa de ambos os pais na vida dos filhos.

No âmbito do Direito de Família, a relevância da alienação parental se reflete na necessidade de um sistema jurídico que promova a proteção da criança contra essa forma de abuso emocional. A lei estabelece mecanismos para a identificação e a punição de práticas alienadoras, além de promover medidas de reestabelecimento das relações parentais prejudicadas. Esse reconhecimento é fundamental para a construção de um ambiente familiar que favoreça o desenvolvimento saudável da criança, destacando a responsabilidade dos pais em manter relações respeitadas, mesmo após a dissolução da união conjugal.

Portanto, a questão que norteia este estudo é: como a alienação parental se configura como uma forma de violência psicológica e qual é a sua relevância na proteção dos direitos das crianças no contexto do Direito de Família brasileiro?

Assim, o objetivo geral deste estudo é analisar a alienação parental como uma forma de violência psicológica, enfatizando sua relevância no contexto do Direito de Família brasileiro. Para isso, propõem-se os seguintes objetivos específicos: 1) Examinar as manifestações da alienação parental e suas consequências para o desenvolvimento psicológico das crianças envolvidas; 2) Investigar a legislação brasileira relacionada à alienação parental e sua eficácia na proteção dos direitos da criança; 3) Propor estratégias de intervenção e prevenção que promovam a convivência familiar saudável e respeitosa, mitigando os efeitos da alienação parental.

A metodologia adotada é de revisão da literatura.

1 ALIENAÇÃO PARENTAL: ENTENDENDO O QUE É

A alienação parental é um fenômeno complexo caracterizado pela manipulação psicológica que afeta a relação entre a criança ou adolescente e um dos pais, geralmente promovida pelo outro genitor ou pela pessoa que possui a guarda legal. Essa interferência tem como propósito enfraquecer os vínculos afetivos entre a criança e o outro genitor, bem como com seus familiares. No Brasil, em 2010, foi sancionada a Lei 12.318, conhecida como Lei da Alienação Parental, que define o que constitui essa prática e prevê punições para quem a realiza (Brasil, 2010).

Pode se expressar de diversas maneiras, como por meio de difamação do genitor, distorção de informações, desmoralização, falsas acusações contra o outro progenitor ou seus familiares, impedimento de contato ou até a criação de situações que gerem desconforto na convivência da criança com o genitor alienado. Demonstrar a existência da alienação parental

pode ser bastante desafiador, já que muitas vezes ela se manifesta de forma sutil e gradual (Campos, 2012).

Ao ser exposta a manipulações que visam deteriorar a relação com o outro genitor, a criança pode desenvolver sentimentos de rejeição, medo ou desconfiança, sem que essas emoções tenham uma base real. Isso compromete não apenas a relação familiar, mas também a saúde mental do menor, que pode sofrer com ansiedade, depressão e outros transtornos emocionais ao longo da vida (Campos, 2012).

Esse fenômeno pode impactar a forma como a criança desenvolve suas relações interpessoais. Ao internalizar a desconfiança e a animosidade transmitidas pelo genitor alienante, a criança pode enfrentar dificuldades para estabelecer vínculos afetivos saudáveis no futuro. A sensação de perda e o sentimento de estar dividida entre os pais podem gerar insegurança, influenciando negativamente na sua capacidade de confiar nas pessoas e de se relacionar de maneira estável e equilibrada. Além dos efeitos emocionais, a alienação parental pode gerar consequências jurídicas. Nos casos mais graves, o genitor alienante pode ser responsabilizado legalmente, podendo sofrer medidas que vão desde advertências até a perda da guarda da criança, conforme previsto pela Lei 12.318. O sistema judicial brasileiro, por meio dessa legislação, busca proteger o direito da criança de manter uma relação equilibrada com ambos os pais, independentemente de conflitos que possam existir entre eles (Fonseca, 2006).

A prevenção e o enfrentamento da alienação parental exigem uma abordagem multidisciplinar, envolvendo psicólogos, assistentes sociais e advogados, além do Judiciário. É fundamental que se invista em mecanismos de mediação familiar e acompanhamento psicológico tanto para os pais quanto para os filhos, a fim de reduzir os impactos desse fenômeno e promover o bem-estar emocional da criança. A conscientização sobre os danos causados pela alienação parental é uma ferramenta importante para evitar que situações desse tipo se perpetuem (Fonseca, 2006).

Conforme Mônica Jardim Rocha (2009, p. 39), a alienação parental pode ser descrita como uma forma de crueldade velada, mascarada pelo aparente amor e cuidado do genitor alienador. Esse comportamento é caracterizado pela tentativa constante de suprimir qualquer demonstração de afeto da criança em relação ao outro genitor, recorrendo, muitas vezes, a acusações infundadas de maus-tratos ou até abuso sexual. Nessas situações, a criança acaba por aceitar a narrativa do alienador como verdadeira, internalizando as falsas alegações e formando memórias distorcidas, o que dificulta sua capacidade de reconhecer a manipulação a que está sendo submetida.

Nesses casos, medidas como a alteração da guarda ou a suspensão da autoridade parental podem ser necessárias, embora potencialmente traumáticas, pois a criança já se encontra profundamente envolvida na dinâmica de alienação. A exposição a esse tipo de comportamento, promovido por um dos pais ou pelo responsável legal, enfraquece tanto o vínculo emocional quanto o físico da criança com o outro genitor. Isso pode levá-la a adotar atitudes de cumplicidade com o alienador e a desenvolver reações de forte hostilidade em relação ao genitor afastado (Jardim-rocha, 2009).

Esse tipo de manipulação é particularmente comum em contextos de separação ou divórcio, momentos em que o conflito entre os pais pode ser mais acirrado. A alienação parental não apenas prejudica a relação da criança com o genitor alvo, mas também tem efeitos duradouros em seu desenvolvimento emocional e psicológico. O processo de criação de falsas memórias e de rejeição ao outro responsável tem consequências profundas e pode gerar impactos que se estendem por toda a vida. Diante dessa realidade, torna-se claro que a alienação parental é um fenômeno complexo e extremamente prejudicial. É crucial que a sociedade, assim como as autoridades competentes, esteja preparada para identificar e intervir de forma eficaz nesses casos, protegendo os direitos e o bem-estar das crianças envolvidas (Jardim-rocha, 2009).

A alienação parental é um problema multifacetado, que não afeta apenas a relação entre a criança e o genitor alienado, mas também compromete o desenvolvimento emocional e psicológico da criança. As consequências podem variar de problemas de autoestima a transtornos mais graves, como depressão e ansiedade. Quando a criança é levada a acreditar que o outro genitor é alguém perigoso ou inadequado, isso mina sua segurança emocional e sua capacidade de desenvolver uma visão equilibrada de suas relações familiares. Esse processo pode resultar em uma percepção distorcida da realidade, que a criança carregará consigo ao longo da vida.

A tensão emocional criada pelo conflito entre os pais pode se refletir no comportamento da criança em sala de aula, dificultando sua concentração e aprendizado. Em muitos casos, a criança alienada pode se isolar dos amigos ou apresentar comportamentos agressivos, reflexo da insegurança emocional gerada pela dinâmica familiar conflituosa. A manipulação emocional que ocorre durante a alienação parental é, portanto, um fator de risco não apenas para o bem-estar psicológico da criança, mas também para sua adaptação social (Slompo, 2012).

No âmbito jurídico, apresenta desafios significativos para os tribunais. Provar a ocorrência desse tipo de manipulação pode ser difícil, já que ela frequentemente ocorre de maneira sutil e indireta. Muitas vezes, os sinais são percebidos apenas após anos de convivência

familiar marcada pelo conflito. Dessa forma, o papel dos profissionais que atuam nesses casos, como psicólogos e assistentes sociais, é fundamental para identificar e documentar os indícios de alienação. O sistema judicial, por sua vez, deve agir de forma rápida e eficaz para proteger a criança, garantindo que suas necessidades emocionais e afetivas sejam priorizadas (Slompo, 2012).

Em muitos casos, ela se sente pressionada a escolher entre os pais, o que aumenta ainda mais seu sofrimento psicológico. A criança, ao tentar atender às expectativas do genitor alienador, pode acabar desenvolvendo um sentimento de culpa em relação ao outro genitor, gerando uma profunda confusão emocional. Essa situação pode levar a um ciclo de conflitos internos que compromete o desenvolvimento saudável da criança e a formação de sua identidade (Sousa, 2013).

A recuperação da criança em casos de alienação parental é um processo delicado que requer o envolvimento de profissionais especializados. O trabalho terapêutico é essencial para ajudar a criança a reestruturar suas memórias e a reconstruir os vínculos afetivos com o genitor alienado. Além disso, é necessário que os pais também recebam orientação para entender o impacto de suas ações na vida dos filhos e, se possível, restaurar uma convivência mais harmoniosa. A mediação familiar pode ser uma ferramenta útil nesse sentido, promovendo o diálogo e minimizando os efeitos da alienação. A alienação não é apenas um conflito entre adultos; trata-se de uma forma de abuso emocional que pode ter repercussões profundas e duradouras na vida das crianças. Políticas públicas que incentivem a educação sobre o tema, bem como o fortalecimento das redes de apoio, são passos importantes para reduzir a incidência desse problema e garantir o bem-estar das futuras gerações (Sousa, 2013).

Dias (2013) descreve que uma das consequências negativas da alienação parental é o chamado "efeito bumerangue". Isso ocorre quando, após alguns anos, o filho alienado descobre a verdade, compreendendo o "outro lado" da história e percebendo que passou grande parte de sua vida odiando um inocente. Nessa descoberta, o filho percebe que foi utilizado como um instrumento de vingança pelo alienador, e que os sentimentos negativos nutridos por anos foram baseados em mentiras.

Esse momento de revelação traz uma nova onda de dificuldades emocionais para o filho, que pode experimentar raiva, frustração e culpa por ter confiado cegamente no genitor alienador. Em alguns casos extremos, essa situação pode levar a consequências trágicas, como o suicídio de algum dos envolvidos. Em situações mais comuns, a frustração é tão intensa que o filho passa a sentir repulsa e desprezo pelo genitor alienador, revertendo a dinâmica (Dias, 2013).

O antigo menor alienado, que antes repudiava o genitor afastado, agora busca reestabelecer uma relação com ele, muitas vezes com sentimentos renovados de amor e proximidade. Esse "efeito bumerangue" acaba criando mais uma vez um desequilíbrio nas relações familiares, agora direcionado contra o genitor que iniciou o processo de alienação. Essa inversão de sentimentos evidencia o profundo impacto psicológico que a alienação parental pode gerar, perpetuando um ciclo de sofrimento e desajuste emocional na vida de todos os envolvidos (Dias, 2013).

O "efeito bumerangue" destacado por Dias (2013) revela uma das facetas mais dolorosas da alienação parental: a destruição da confiança e do vínculo afetivo entre o filho e o genitor alienador. Quando o filho percebe que foi manipulado durante anos, a sensação de ter sido traído por quem deveria protegê-lo pode ser devastadora. Essa descoberta, embora liberte a criança das falsas crenças, provoca uma reconfiguração emocional complexa, marcada por sentimentos contraditórios de culpa, revolta e arrependimento.

Ao longo do tempo, o filho alienado passa a questionar a própria memória e as experiências que teve com o genitor alienador, confrontando as lembranças distorcidas que foram implantadas. Esse processo de reavaliação é difícil, pois muitas vezes a criança ou adolescente construiu sua identidade com base nas informações manipuladas. A quebra dessa percepção exige uma adaptação emocional delicada, que nem sempre ocorre de forma tranquila. A reconstrução dos vínculos familiares é um desafio adicional, já que tanto o genitor alienado quanto o filho precisam superar o passado de separação e ressentimento (Duarte, 2010).

A raiva e a frustração que o filho sente após descobrir a manipulação podem gerar um distanciamento ainda maior do genitor alienador. Esse afastamento, por sua vez, perpetua o ciclo de instabilidade familiar, agora em uma nova configuração. O filho, que antes repudiava o genitor alienado, busca se reaproximar desse pai ou mãe, o que pode criar uma nova dinâmica de exclusão e rejeição para o alienador. Dessa forma, o desequilíbrio emocional é perpetuado, afetando todos os membros da família.

Por isso, a alienação parental deve ser tratada com seriedade e responsabilidade. Além de comprometer o desenvolvimento emocional da criança, seus efeitos podem reverberar por anos, causando danos difíceis de reparar. A conscientização sobre os riscos desse fenômeno, assim como o investimento em abordagens terapêuticas e jurídicas adequadas, é essencial para minimizar o impacto negativo e promover a recuperação dos laços familiares de maneira saudável (Duarte, 2010).

Quando uma criança ou adolescente é exposta a esse tipo de manipulação, ela perde não apenas a oportunidade de conviver de forma saudável com o outro genitor, mas também

desenvolve uma visão distorcida das relações humanas. Ao ser levada a acreditar que o outro genitor é inimigo ou perigoso, a criança aprende a desconfiar e a rejeitar aqueles que deveriam representar segurança e apoio emocional.

Esse processo de alienação pode gerar um ambiente de medo e incerteza constante, impactando diretamente o desenvolvimento psicológico da criança. Muitas vezes, a criança vive um conflito interno, tentando conciliar o amor que sente por ambos os pais com a necessidade de agradar o genitor alienador. Esse dilema emocional é exaustivo e pode resultar em problemas de saúde mental, como baixa autoestima, ansiedade e depressão. Além disso, o medo de rejeição ou punição pelo genitor alienador faz com que a criança se afaste ainda mais do outro genitor, aprofundando o ciclo de alienação (Strücker, 2014).

Ao crescer em um ambiente onde a manipulação emocional é utilizada como ferramenta de controle, a criança pode ter dificuldade em estabelecer vínculos saudáveis e de confiança com outras pessoas. A capacidade de confiar em parceiros amorosos, amigos ou colegas de trabalho pode ser prejudicada, uma vez que a criança aprendeu a associar relacionamentos afetivos a dor e traição. O trauma causado pela alienação parental pode, portanto, repercutir ao longo de toda a vida (Strücker, 2014).

Além dos impactos emocionais, a alienação parental também pode trazer consequências legais para o genitor alienador. A Lei 12.318/2010, que regulamenta a alienação parental no Brasil, estabelece medidas que podem ser aplicadas ao genitor que pratica essa forma de abuso emocional. Entre as sanções previstas, estão advertências, mudanças no regime de guarda, e até mesmo a perda da guarda da criança. A intervenção do sistema judiciário visa proteger o direito da criança de manter uma convivência saudável com ambos os pais, evitando que conflitos pessoais dos adultos prejudiquem o seu bem-estar (Strücker, 2014).

A superação dos efeitos da alienação parental exige um esforço conjunto de todos os envolvidos. O apoio psicológico à criança e ao genitor alienado é fundamental para reconstruir os vínculos afetivos rompidos. Em muitos casos, a mediação familiar e o acompanhamento terapêutico também são recomendados para ajudar os pais a lidar com seus conflitos de maneira mais saudável, minimizando os impactos sobre os filhos. A conscientização e a intervenção precoce são cruciais para evitar que a alienação parental cause danos irreparáveis, promovendo, assim, o bem-estar emocional e familiar a longo prazo (Costa, 2010).

As consequências desse fenômeno podem ser devastadoras, desde a formação de falsas memórias até o rompimento de vínculos afetivos essenciais. O impacto psicológico não se limita ao presente, mas pode reverberar por toda a vida do indivíduo, prejudicando suas relações interpessoais e sua saúde mental. A conscientização sobre essa prática, aliada à intervenção

legal e terapêutica, é crucial para minimizar seus efeitos nocivos. Protegendo o direito da criança de manter uma convivência equilibrada com ambos os genitores, é possível prevenir danos futuros e promover um ambiente familiar mais saudável e harmonioso. O combate à alienação parental não é apenas uma questão jurídica, mas um compromisso social com o bem-estar das crianças e o fortalecimento de vínculos familiares sólidos e saudáveis (Costa, 2010).

2 ALIENAÇÃO PARENTAL COMO FORMA DE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

A alienação parental é um fenômeno complexo que abrange uma variedade de aspectos psicológicos que afetam tanto os pais quanto a criança envolvida. Durante nossas discussões, abordamos diferentes elementos relacionados a essas questões, com base nas referências doutrinárias apresentadas. Neste segmento, examinaremos os principais aspectos psicológicos associados à alienação parental (Soares, 2016).

Maria Dias, em sua obra "Incesto e Alienação Parental: Realidades que a Justiça insiste em não ver", enfatiza a relevância de entender a dinâmica psicológica que permeia a alienação parental. Ela observa que o genitor alienador, frequentemente movido por sentimentos de raiva, ressentimento ou desejo de vingança em relação ao ex-parceiro, procura manipular a percepção da criança sobre o genitor alienado. Essa manipulação distorce a imagem do outro genitor e prejudica o vínculo afetivo entre eles (Soares, 2016).

A autora também destaca que a dependência emocional da criança em relação ao genitor alienador a torna suscetível à influência deste. Assim, a criança pode internalizar as mensagens negativas sobre o genitor alienado, desenvolvendo uma postura de rejeição ou hostilidade, mesmo que isso contradiga suas experiências e memórias anteriores.

Outro fator importante a ser considerado é o ambiente familiar, que pode influenciar a dinâmica da alienação parental. Fábio Figueiredo, em sua obra "Alienação Parental", discute como um clima de conflito e hostilidade entre os pais pode criar um cenário favorável à alienação. A criança, ao perceber a tensão entre os genitores, pode se alinhar ao genitor alienador como uma forma de autopreservação, acreditando que isso a protegerá de possíveis repercussões. Ademais, a manipulação emocional realizada pelo genitor alienador é um elemento crucial na alienação parental. Cláudia Ferreira, em seu livro "Síndrome da Alienação Parental: Uma iníqua falácia", aponta que o genitor alienador utiliza estratégias sutis para minar a imagem do genitor alienado. Essas táticas podem incluir difamação, desqualificação contínua, criação de falsas memórias e tentativas de controlar a narrativa sobre o relacionamento familiar (Santos, 2018).

É essencial reconhecer que a alienação parental não apenas prejudica o vínculo entre o genitor alienado e a criança, mas também impacta o bem-estar emocional e psicológico da criança. Ela pode experimentar conflitos internos, sentimentos de culpa, confusão e lealdade dividida, levando à angústia e sofrimento, pois se sente pressionada a escolher entre os pais.

A análise psicológica da alienação parental requer um entendimento profundo e sensível desses aspectos. Profissionais qualificados, como psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais, têm um papel fundamental na avaliação e intervenção nesses casos. Um trabalho interdisciplinar que considere os fatores psicológicos, relacionais e contextuais é crucial para promover o bem-estar da criança e restaurar um ambiente familiar saudável. Em resumo, os aspectos psicológicos são centrais na questão da alienação parental. Entender as motivações, estratégias e dinâmicas envolvidas é vital para identificar e intervir precocemente nos casos de alienação, visando proteger o bem-estar da criança. A atuação de profissionais especializados e uma abordagem individualizada são fundamentais para enfrentar essa problemática complexa e delicada (Santos, 2018).

Sem a maturidade psicológica necessária para gerenciar suas emoções, a criança afetada pela alienação parental se torna uma refém, obrigada a sustentar uma relação simbiótica prejudicial. Apesar de ser a vítima, ela acaba contribuindo para a continuidade do processo de alienação, que, com o passar do tempo, provoca imenso sofrimento e traumas. Esse impacto se estende não apenas à criança ou ao adolescente que vive sob constante tensão, mas também ao genitor alienado e ao genitor que instiga a campanha alienante (Silva, 2012).

O atendimento psicoterápico a crianças e adolescentes vítimas de alienação parental deve ser respaldado por um processo legal e contar com o suporte do sistema judiciário. Isso se deve ao fato de que, por meios convencionais, é difícil alcançar resultados positivos, já que as preocupações geralmente giram em torno de retaliações e vinganças, em vez do bem-estar da criança. É essencial proporcionar um ambiente acolhedor e ouvir atentamente o que a criança ou o adolescente tem a dizer, permitindo que expressem seus sentimentos e angústias em relação à situação vivida. Esse apoio pode incluir a utilização de recursos que facilitem o desabafo emocional, a aplicação de testes quando necessário, além de entrevistas individuais e em grupo, com o intuito de avaliar a extensão dos danos sofridos (Silva, 2012).

O suporte psicológico é uma ferramenta fundamental para ajudar crianças e adolescentes a lidar com os efeitos da alienação parental. Esse tipo de atendimento não se limita apenas à escuta ativa, mas também inclui a utilização de técnicas que permitam à criança explorar suas emoções de maneira segura. A terapia pode oferecer um espaço livre de julgamentos, onde o jovem pode compartilhar suas preocupações sem medo de retaliações. Esse ambiente acolhedor

é crucial para que a criança comece a reconhecer e validar seus sentimentos, algo frequentemente negado pelo genitor alienador (Bousi, 2012).

Além disso, o terapeuta pode empregar métodos lúdicos, como a arte e a brincadeira, que permitem à criança expressar-se de maneira mais natural. Muitas vezes, as crianças têm dificuldade em verbalizar suas experiências e emoções, e essas abordagens criativas podem facilitar a comunicação. Atividades como desenho ou jogos podem revelar aspectos do seu mundo emocional que seriam difíceis de articular em palavras. Essas expressões ajudam o terapeuta a compreender melhor o estado psicológico da criança e a identificar áreas que precisam de atenção (Bousi, 2012).

A colaboração com outros profissionais da saúde, como psiquiatras e assistentes sociais, também é essencial no tratamento de crianças afetadas pela alienação parental. Essa abordagem multidisciplinar garante que todos os aspectos do bem-estar da criança sejam considerados. Por exemplo, a equipe pode trabalhar em conjunto para desenvolver um plano de intervenção que não apenas aborde as questões emocionais, mas também as necessidades práticas da criança, como suporte escolar e social. Essa colaboração aumenta a eficácia do tratamento e proporciona um suporte mais abrangente (Bousi, 2012).

É igualmente importante envolver a família no processo terapêutico, sempre que possível. A terapia familiar pode ser uma estratégia eficaz para restaurar os laços entre os membros da família, promovendo um diálogo saudável e respeitoso. Embora o genitor alienador possa ser relutante em participar, é crucial que o genitor alienado e a criança tenham a oportunidade de reconstruir suas interações em um ambiente seguro. O terapeuta pode mediar essas conversas, ajudando a esclarecer mal-entendidos e a trabalhar na reestabelecimento da confiança (Pereira, 2017).

Em situações em que a reconciliação não é possível, a terapia ainda desempenha um papel vital na formação da identidade da criança. Ao ajudá-la a entender a realidade de sua situação familiar, o terapeuta pode orientar a criança na construção de uma autoimagem saudável, independentemente das dinâmicas familiares disfuncionais. Isso pode incluir o desenvolvimento de habilidades de enfrentamento que ajudem a criança a lidar com a ansiedade e o estresse associados à alienação parental. Campanhas educativas podem ajudar a informar os pais, educadores e profissionais de saúde sobre os sinais e consequências desse fenômeno. A mudança cultural em torno do entendimento e reconhecimento da alienação parental pode levar a intervenções mais precoces e eficazes. Ao promover uma maior compreensão, podemos criar um ambiente mais solidário e protetor para as crianças, garantindo que suas necessidades

emocionais sejam priorizadas e que possam crescer em um contexto familiar saudável e equilibrado (Pereira, 2017).

Escolas e instituições de ensino têm um papel fundamental nesse processo, pois podem atuar como espaços de identificação e apoio para crianças que possam estar enfrentando esse tipo de situação. Programas educacionais que abordem a dinâmica familiar e a saúde emocional podem ajudar tanto educadores quanto alunos a reconhecer sinais de alienação parental, permitindo que intervenções apropriadas sejam realizadas de maneira mais rápida (Cruz, 2010).

A formação de profissionais de saúde e educação sobre a alienação parental também é crucial. Ao capacitar esses profissionais a identificar e lidar com casos de alienação, é possível criar uma rede de apoio que atue em diversos níveis. Workshops e cursos de formação continuada podem oferecer ferramentas práticas e teóricas que ajudem esses profissionais a entender a complexidade desse fenômeno, bem como estratégias para intervir de forma adequada e sensível. Essa capacitação pode ser um passo importante para garantir que as crianças recebam o suporte necessário em momentos críticos (Cruz, 2010).

A legislação também desempenha um papel significativo na abordagem da alienação parental. Medidas legais mais rigorosas e claras podem ajudar a coibir práticas alienadoras e garantir que as crianças tenham o direito de manter um relacionamento saudável com ambos os genitores. A implementação de políticas que favoreçam a educação dos pais sobre a alienação parental, bem como a criação de consequências legais para aqueles que praticam essa forma de abuso emocional, pode ser uma maneira efetiva de proteger as crianças e promover o bem-estar familiar.

Adicionalmente, a pesquisa científica sobre os efeitos da alienação parental deve ser incentivada e apoiada. Investigações que explorem as consequências psicológicas e sociais da alienação parental podem fornecer dados valiosos para fundamentar intervenções e políticas públicas. A pesquisa também pode ajudar a identificar as melhores práticas terapêuticas e educacionais para abordar e mitigar os danos causados pela alienação. Com mais evidências, será possível desenvolver estratégias mais eficazes para enfrentar esse problema complexo e delicado (Silva, 2011).

Discutir abertamente as experiências de vítimas e as consequências dessa prática pode desestigmatizar o tema e encorajar mais pessoas a buscar ajuda. Criar espaços de discussão, como grupos de apoio e fóruns comunitários, pode ajudar as famílias a compartilhar suas histórias e aprender umas com as outras. Esse tipo de apoio social é essencial para a recuperação de crianças e adolescentes afetados, contribuindo para um ambiente onde eles se sintam seguros e compreendidos (Silva, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alienação parental é um fenômeno complexo que envolve não apenas o comportamento dos genitores, mas também as dinâmicas emocionais e sociais que afetam as crianças. Ao longo de nossa análise, ficou evidente que a compreensão dos aspectos psicológicos é crucial para abordarmos essa questão de maneira eficaz. O papel do genitor alienador, que frequentemente age movido por sentimentos negativos, tem um impacto profundo no desenvolvimento emocional da criança, comprometendo suas relações familiares e seu bem-estar.

A influência do ambiente familiar não pode ser subestimada. Climas de conflito e tensão entre os pais criam cenários favoráveis para a alienação, levando a criança a alinhar-se com o genitor alienador por instinto de autopreservação. Isso destaca a necessidade de um ambiente familiar saudável e harmonioso, onde o diálogo e o respeito prevaleçam. O entendimento de que as crianças são reféns das emoções e ações dos adultos é essencial para iniciar intervenções que busquem a restauração dos laços afetivos.

As consequências psicológicas da alienação parental para a criança são alarmantes. Sentimentos de culpa, confusão e lealdade dividida podem resultar em conflitos internos significativos. Para mitigar esses efeitos, o apoio psicológico deve ser uma prioridade, com terapeutas capacitados que ajudem as crianças a expressar e processar suas emoções de maneira segura. A terapia deve se adaptar às necessidades individuais, utilizando métodos lúdicos e criativos que facilitam a comunicação.

Além do suporte individual, a colaboração entre diferentes profissionais de saúde e educação é fundamental. Uma abordagem multidisciplinar permite que todas as facetas do bem-estar da criança sejam consideradas, contribuindo para um plano de intervenção eficaz. Envolver a família no processo terapêutico, sempre que possível, pode ser uma estratégia poderosa para reestabelecer conexões e promover a cura emocional.

Se a reconciliação entre os pais não for viável, o terapeuta ainda desempenha um papel vital na formação da identidade da criança. O entendimento da realidade familiar e a construção de uma autoimagem saudável são cruciais para o desenvolvimento emocional da criança, protegendo-a contra os danos da alienação. Estratégias de enfrentamento podem ser ensinadas, proporcionando à criança ferramentas para lidar com a ansiedade e o estresse que emergem dessa situação.

A educação e a conscientização sobre a alienação parental são essenciais. Campanhas educativas direcionadas a pais, educadores e profissionais de saúde podem aumentar a

compreensão sobre esse fenômeno, facilitando intervenções mais precoces e eficazes. Criar um ambiente de apoio e informação é vital para garantir que as crianças sejam protegidas e que suas necessidades emocionais sejam priorizadas.

As escolas têm um papel determinante na identificação e no apoio a crianças afetadas pela alienação parental. A implementação de programas educacionais que abordem a saúde emocional e as dinâmicas familiares pode capacitar tanto educadores quanto alunos a reconhecer sinais de alienação. Com uma rede de apoio estabelecida, intervenções podem ser realizadas de maneira mais ágil e eficaz.

A capacitação de profissionais de saúde e educação é igualmente importante. A formação contínua permite que esses profissionais adquiram as ferramentas necessárias para lidar com casos de alienação parental, promovendo uma rede de apoio sólida. Isso não apenas melhora a qualidade do atendimento, mas também contribui para um entendimento mais profundo das complexidades desse fenômeno.

A legislação precisa acompanhar as necessidades emergentes relacionadas à alienação parental. Medidas mais rigorosas podem ajudar a coibir práticas alienadoras e garantir que as crianças tenham o direito de manter vínculos saudáveis com ambos os genitores. Políticas que educam sobre a alienação parental e criam consequências legais para quem pratica esse tipo de abuso são passos importantes em direção à proteção das crianças.

REFERÊNCIAS

BOUSI, C.C.F. **Alienação parental: Uma interface do direito e da psicologia** / Caroline de Cássia Francisco Bousi; / Curitiba: Juruá, 2012

BRASIL. **Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010.** Dispõe sobre Alienação Parental e altera o art. 236 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990.

CAMPOS, M. P. **Síndrome da Alienação Parental.** Barcelona, 2012.

COSTA, Ana Surany Martins. **Alienação Parental: o “Jogo Patológico” que Gera o Sepultamento Afetivo em Função do Exercício Abusivo da Guarda.** P. 72. In: Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões (IBDFAM), n. 16. – Porto Alegre: Editora Magister, jun./jul. 2010.

CRUZ, Maria Luiza Póvoa. **A Síndrome da Alienação Parental,** escudada pelo Poder Judiciário. Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Minas Gerais, 2010.

DIAS, Maria Pricila Magro. **Alienação parental: quando a implantação de falsas memórias decorre do exercício abusivo da guarda.** 2013

DUARTE, Marcos. **Alienação Parental: a morte inventada por mentes perigosas**. 2010.

FONSECA, Priscila Maria Pereira Corrêa da. **Síndrome da alienação parental**. *Pediatria*, São Paulo, n. 28(3), 2006.

JARDIM-ROCHA, Mônica. **Síndrome de Alienação Parental: a mais grave forma de abuso emocional**. In: Paulo, Beatrice M. (Org.). *Psicologia na prática jurídica: a criança em foco*. Rio de Janeiro: Impetus, 2009. p. 39-45.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha, **Alienação Parental: uma inversão da relação sujeito objeto**, 2017.

SILVA, E.L.; RESENDE, M.; MOTTA M.A.P; CARNEIRO. T.F.; VALENTE, M.L.C.S.; SIMÃO, R.B.C. **Síndrome da alienação parental e a tirania do guardião: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos**. Organizado pela associação de Pais e Mães separados – Porto Alegre: Equilíbrio; 2012

SILVA, D. M. P. **Guarda compartilhada e síndrome de alienação parental: o que é isso?** 2. ed. rev. e atualizada – Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2011.

SOUSA, Analicia Martins de. **Síndrome da alienação parental: um novo tema nos juízos de família**. Cortez, 2013. E-book. ISBN 9788524921209.

Soares, G.S. (2016). **Alienação Parental: Uma Abordagem Interdisciplinar**.

SLOMPO, 2012. **Alienação Parental**.

STRÜCKER, Bianca. **Alienação Parental**. Monografia final do Curso de Graduação em Direito objetivando a aprovação no componente curricular Monografia. Ijuí, 2014